

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A. PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O presente item refere-se aos planos, programas e projetos implantados ou em elaboração na área de influência das Atividades de Perfuração Marítima dos Blocos BM-PAMA-16 e BM-PAMA-17 localizados na Bacia do Pará-Maranhão.

Estas atividades têm como área de influência os municípios de Augusto Corrêa e Bragança no Estado do Pará, município de Raposa no Estado do Maranhão e municípios de Camocim, Acaraú e Itarema no Estado do Ceará.

A implantação de programas federais ou estaduais ocorre sob a forma de parcerias ou colaboração parcial. Estes, no geral, se constituem como as principais ações das prefeituras municipais, embora tenham sido observadas iniciativas próprias às municipalidades estudadas.

Deve-se ressaltar que esse é um levantamento não exaustivo dos planos, programas e projetos em execução ou previstos para a área, dada a variedade dos mesmos, em alguns casos a indisponibilidade ou restrições de acesso das informações e a dinamicidade inerente às esferas governamentais. Optou-se, neste item, apontar aqueles com o perfil que indique abrangência que interajam, ou possa vir a interagir, influenciando ou sendo influenciado pela implantação da atividade a ser desenvolvida pela OGX, sendo assim destacou-se aqueles elaborados para atender à pesca, ao turismo e ao meio ambiente.

É importante esclarecer que, dada a disparidade das fontes, nem todos os planos, programas e projetos aqui apresentados contêm o mesmo grau de detalhamento, não tendo sido possível a homogeneização da forma de apresentação, principalmente no nível municipal.

Com o propósito de facilitar a leitura, almejou-se ainda, organizar dentro de cada esfera os planos, programas e projetos afins, considerando para tanto a similaridade da área de atuação, os objetivos ou segmento responsável. Os planos, programas e projetos são sumarizados no Quadro 5-1, a seguir.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
FEDERAL		
Plano Nacional de Turismo – PNT (Mtur)	a) fortalecer o turismo interno; b) promover o turismo como fator de desenvolvimento regional; c) assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes aos pacotes de viagens em condições facilitadas; d) investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e e) assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior.	Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é o instrumento deste Ministério para planejamento e gestão. Ele apresenta o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país, alinhando-se ao Programa de Aceleração do Crescimento 2007/2010.
Programa Roteiros do Brasil (Mtur)	Estruturar pólos e destinos turísticos com padrão de qualidade, fomentando o turismo nacional e internacional.	É um dos principais elementos da execução da política do turismo e referência para todas as ações do Ministério. Mapeou 200 regiões turísticas no Brasil, envolvendo 3.819 municípios. Ele foi lançado em abril de 2004 e propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010,
PRODETUR NE II (MTtur)	Melhorar a qualidade de vida da população que reside nos pólos turísticos situados nos Estados participantes do Programa.	Especificamente tem por objetivo: a) promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística; b) melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios; c) assegurar o desenvolvimento turístico autossustentável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa; d) melhorar a qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda, aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e melhoria da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística e e) dar sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do PRODETUR NE, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
FEDERAL		
PROECOTUR (MTur)	O PROECOTUR foi concebido com a finalidade de fomentar diretrizes socioeconômicas e ambientais para o ecoturismo de nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).	São objetivos do Programa: a) gerar alternativas para as atividades degradadoras do meio ambiente e b) criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável. Já os objetivos específicos do programa são: a) proteger os atrativos ecoturísticos; b) implementar infraestrutura básica de serviços; c) criar ambiente de estabilidade; d) avaliar o mercado nacional e internacional; e) propor base normativa; f) capacitar recursos humanos; g) estimular a utilização de tecnologias apropriadas e h) valorizar as culturas locais, contribuindo para a conservação da biodiversidade.
Programa Nacional de Florestas (PNF) - MMA	Enfrentar problemas históricos, como o desmatamento e o uso incorreto das florestas brasileiras.	O PNF cria uma nova política florestal com fundamentos no aumento da cobertura florestal no Brasil por meio da expansão das florestas plantadas, no estímulo ao manejo sustentável, no investimento em formação de mão-de-obra especializada, na criação de linhas de crédito e desenvolvimento tecnológico. Do programa fazem parte, ainda, a regulamentação da concessão de terras públicas e a fiscalização mais intensa e dirigida, com foco na Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.
Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais	a) capacitar gestores, conselheiros ambientais e técnicos das câmaras de vereadores com vistas a ampliar a compreensão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e ao seu fortalecimento; b) promover o desenvolvimento de mecanismos para a gestão ambiental compartilhada, integrada e adequada às competências de cada ente federado e c) criar uma sistemática de comunicação e retroalimentação entre os componentes do Sistema, consolidando a sua implementação, dinamizando as suas funções e aproximando o trabalho dos três níveis de governo.	PNC foi criado em 2005 para atender a demanda da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2003 no sentido de fortalecer e apoiar a criação de Sistemas Municipais de Meio Ambiente. Desde então o Programa vem evoluindo e incorporando novas demandas, estratégias, parcerias, de modo que hoje é reconhecido como uma referência na estruturação da gestão ambiental local.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
FEDERAL		
Programas Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE MMA	O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem.	Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bio-combustíveis e das Mudanças Climáticas.
Programa Agenda 21 - MMA	Planejar a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.	A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.
Programa de áreas Protegidas da Amazônia Brasileira - ARPA	O objetivo do ARPA é proteger a biodiversidade da Amazônia brasileira.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
FEDERAL		
Gestão Integrada da Orla Marítima e da Qualidade Ambiental – Projeto Orla (MMA)	O Projeto Orla é uma ação entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento. Suas ações estão voltadas para o ordenamento dos espaços litorâneos, especialmente aqueles sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental, urbana e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo (União, Estados e municípios) e a sociedade.	Promove a identificação e solução de conflitos resultantes da diversidade de interesses e demandas existentes em uma região.
Plano Amazônia Sustentável (PAS)	É um plano estratégico que tem como objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira.	Foi lançado em 8/05/08 em parceria com os governadores dos estados da região amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). As ações operacionais serão planos sub-regionais, alguns já elaborados ou em processo de elaboração, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.
Plano Agrícola e Pecuário		Este investimento sustentável no agronegócio representa mais emprego, aumento de escala e eficiência, além de redução de perdas e aumento da competitividade.
Programa Cultura Educação e Cidadania	Os Pontos de Cultura, eixo central do Programa, são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais.	Implantado em 2004, envolve um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola Viva.
Programa Monumenta	Revitalizar sítios urbanos, por meio da recuperação do patrimônio cultural.	É desenvolvido pelo governo federal, em parceria com a Unesco e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
FEDERAL		
Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren)	Fortalecer a Capacidade de Geração de Emprego e Renda por meio do financiamento do capital de giro de empresas que criarem novos empregos	Apoiado pelo BNDES, que já aprovou R\$ 2 bilhões de empréstimos
Água para Todos	O programa “Água para Todos”, criado em 2007, tem como meta mudar, consideravelmente, essa realidade, e executar, até 2010, duzentas mil novas ligações de água no estado. O programa é um dos pilares do novo modelo de desenvolvimento planejado pelo governo para o estado, onde a prioridade é promover ações que melhorem a qualidade de vida da população.	De acordo com dados do ano de 2007, do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), cerca de 50% da população paraense não têm acesso à água encanada e tratada adequadamente para consumo. Coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedurb), o Água para Todos tem a finalidade de formatar projetos e captar recursos para investimentos em obras que melhorem a vida dos moradores que, historicamente, consomem água de má qualidade ou percorrem grandes distâncias, com dificuldades, em busca de água potável. Para atingir a meta estabelecida, o programa prevê a execução de projetos de construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água em vários municípios do Estado, priorizando comunidades com maior carência de água, menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tenham demanda prevista no Planejamento Territorial Participativo (PTP) ou que façam parte do conjunto de municípios com obras iniciadas, pelo extinto projeto Alvorada, mas que foram paralisadas, em 2004, na gestão passada, após denúncias de irregularidades.
ESTADO DO PARÁ		
Ações de Sensibilização & Projetos de Educação Ambiental	Constituir um banco de dados sobre Ações de Sensibilização e Projetos de Educação Ambiental, bem como, suas consequências para o desenvolvimento sustentável do Estado, além de contribuir para troca de experiências e geração de novos projetos de Educação Ambiental, a partir da análise das experiências já efetuadas e em realização.	É realizado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, através da Divisão de Estudos e Educação Ambiental - DIAMB.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO PARÁ		
Pólo Turístico de Salinópolis e Circuito das Águas	Estruturar pólos e destinos turísticos com padrão de qualidade, fomentando o turismo na região	O roteiro das águas distribui-se pelo Estado em função de ilhas, praias, cachoeiras, entre outras. Fazem parte do roteiro a Ilha do Algodão, Delícia de Cachoeiras, Ilha de Cotijuba, Caminhos de Canoas, Ilha do Mesquita (praias de águas doces), Praia de Bragança e Ilha da Canela, em Bragança (município da AI).
Campo Cidadão	É um programa de desenvolvimento rural de caráter socioambiental, direcionado para os produtores familiares e que busca melhorar os benefícios sociais e econômicos do meio rural, a partir de práticas produtivas sustentáveis. A meta é beneficiar 120 mil famílias em quatro anos. O Programa integra esforços do setor público e da sociedade civil para garantir a segurança alimentar, elevar as capacidades locais de competitividade econômica, assegurar a adequação ambiental da produção familiar e melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas e populações tradicionais.	Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentem afinidades, como, por exemplo, o da Região do Caeté: feijão caupi, pesca e aquicultura, mel, sistemas agroflorestais (frutíferas), reflorestamento e segurança alimentar (grãos, tubérculos, avicultura doméstica, pesca e produtos da floresta).
Pará Urbe	Realizar obras de infraestrutura nos municípios do Estado.	Em Augusto Corrêa, o Projeto foi responsável pela inauguração, em 2007, da Quadra Poliesportiva.
Rede de Pesquisas Aplicadas para Suporte ao Desenvolvimento Integrado e Sustentado da Pesca e Aquicultura no Estado do Pará (REPAPAQ)	Implementar projetos de pesquisa aplicadas, voltadas a resolver, sob a coordenação da SEPAQ, os mais urgentes problemas da gestão da aquicultura no Estado do Pará.	A REPAPAQ é uma parceria financeira entre a SEPAQ e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT, onde esta investiu recursos no montante de 2 milhões de reais em projetos de pesquisa aplicadas, voltadas a resolver, sob a coordenação da SEPAQ, os mais urgentes problemas da gestão da aquicultura no Estado do Pará. Ressalte-se que a REPAPAQ será implementada com a participação do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG, da Universidade Federal do Pará/UFPA, Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM e a Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais/ACEPO.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO PARÁ		
Capacitação e Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola (ATEPA)	Fomentar a pesca e aqüicultura a partir da capacitação e aperfeiçoamento profissional.	A ATEPA é atualmente executada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PA. Com a criação da SEPAq a ATEPA passou a ser atribuição deste órgão, estando em fase de análise e aprovação minuta de termo de cooperação técnica entre os citados órgãos para que a SEPAq passe a coordenar as atividades dos engenheiros e técnicos em aqüicultura lotados na EMATER. Quanto as ações de capacitação, a SEPAq desenvolveu programa de cursos e treinamentos, composto por diversos conteúdos tecnológicos destinados ao aperfeiçoamento dos técnicos da ATEPA, aqüicultores e gestores de organizações sociais de aqüicultores.
Ordenamento da aqüicultura	Promoção do ordenamento da aqüicultura.	Como estratégias para promoção do ordenamento da aqüicultura, a SEPAq, em parceria com diversos órgãos ambientais e instituições de ensino e pesquisa, vem promovendo a elaboração do diagnóstico da pesca e aqüicultura e o debate para revisão da legislação aqüícola. Outro instrumento fundamental para o ordenamento da aqüicultura é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aqüicultura, cuja criação está estabelecida na Lei nº 7.019/2007, estando as minutas que apresentarão a representatividade e o funcionamento do colegiado normativo em fase de discussão e aprovação.
Arranjos Produtivos Locais (APL's)	Os APL's vêm sendo incentivados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia/SEDECT, no sentido de oferecer governança a atividade aqüícola.	A SEPAq possui como atribuição a coordenação geral dos APL's de aqüicultura, promovendo a estruturação desta governança por meio da criação de comitês locais para cada arranjo produtivo instalado. Neste sentido, foi oficializada e estruturada a criação do APL da Malacocultura da Costa Marinha Paraense (ostras e mexilhões).

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO PARÁ		
Estações de piscicultura (CIAq's)	Desenvolvimento de tecnologias para a produção em cativeiro de espécies de peixes e camarões continentais e de água doce.	O Estado do Pará possui 3 estações de aqüicultura que foram repassadas à SEPAq. Inicialmente a SEPAq promoveu a reforma das mesmas e atualmente promove a conversão destas em Centros Integrados de Aqüicultura (CIAq), sendo dois continentais e um marinho. Os CIAq's serão dotados de laboratório, sala-de-aula, alojamento e refeitório. As instituições acadêmicas colaboram com estas ações e serão responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias para a produção em cativeiro de espécies de peixes e camarões continentais e de água doce.
Programa Pirarucu	Promover o crescimento da reprodução em cativeiro dessa espécie.	
Parque Aqüícola de Tucuruí	Aproveitamento do reservatório	A SEPAq, em parceria com a SEAP e a SEMA, vem acompanhando os procedimentos para implantação do parque aqüícola no reservatório da UHE de Tucuruí, o terceiro parque aqüícola em reservatório brasileiro.
Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS)	O LAS proposto pela SEPAq vem sendo discutido com o órgão estadual ambiental – SEMA - para legalizar empreendimentos considerados pequenos (até 3 ha).	Estima-se que 95% das atividades da aqüicultura estadual não possuem licenciamento ambiental que autorize sua prática.
Sistema Estadual de Informações da Pesca e Aqüicultura (SEIPAq)	Organização e monitoramento das informações	O SEIPAq, para atividade aqüícola, está constituído pelas seguintes ações:a) Ampla diagnóstico do estado da arte de todas as modalidades de pesca e aqüicultura em todos os 143 municípios paraenses; b) Implantação de sistema de informação integrado contendo o Cadastro Unificado entre a SEAP/PR, SEMA e SEPAq, com vistas a facilitar o acesso dos interessados aos instrumentos de controle dos citados órgãos.
Um Bilhão de Árvores	Através de várias ações paralelas, como o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Cadastro Ambiental Rural, ICMS Ecológico e a Regularização Fundiária, o programa visa a o plantio de árvores para que haja futuramente viabilidade econômica, da floresta, gerando emprego e renda para o povo do campo.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO PARÁ		
Pará Rural	1. Aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. 2. Fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pela gestão dos recursos naturais e implementação de uma política estadual de ordenamento territorial.	É um Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará, co-financiado pelo Governo do Estado do Pará - GEP e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado. O Pará Rural está vinculado à Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos – Sepe. O Programa Pará Rural sob a coordenação executiva da Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (Sepe) faz a divulgação sobre as ações estratégicas do programa no site da Sepe www.sepe.pa.gov.br , conforme as diretrizes estratégicas nas áreas fundiária, ambiental e produtiva em atendimento ao Acordo de Empréstimo entre Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Governo do Estado do Pará (GEP).
Projeto de Desenvolvimento Local (PDL)	Promover o desenvolvimento local a partir do fomento das atividades produtivas.	O PDL é executado pelo Programa Pará Rural em todo o Estado do Pará. Em 2008 foram selecionados 14 Projetos de Investimentos Produtivos (PIP's) e encaminhados ao Banco Mundial, contemplando 4.000 famílias e investimentos de 4 milhões de reais. Os investimentos produtivos contemplam as seguintes áreas: produção de frutos do mar com financiamento para atividade de cultivo de ostras; produção de óleos da Amazônia com financiamento de maquinário para agroindústria e extração de óleo vegetal; beneficiamento da mandioca e resfriamento de leite; manejo e verticalização da produção do açaí; criação de avestruz e recuperação de áreas degradadas; produção de hortaliças orgânica e criação de aves; plantio da cultura do cacau; projetos de investimentos para instalação de laticínio pasteurizador de leite; fortalecimento da cadeia produtiva do mel; reflorestamento das áreas de fruticultores de produtores rurais; incentivo a produção; criação de pequenos animais e artesanato; cultivo do cacau orgânico; fortalecimento da renda familiar e fortalecimento da cadeia apícola.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO PARÁ		
Educação para Todos - Ensino médio, fundamental e modular indígena	Estão sendo construídas, em 2009, 17 escolas indígenas de nível fundamental e médio; serão 60 salas de aula em oito municípios nas aldeias Trocará, Sororó, Djudjêkô, Mapuera, Caruci, Arimun, Vila Franca, Iago da Paria, Nova Vista, Gfarimpo, Maratuba e Canindé. Também está sendo implantado o sistema modular de ensino, beneficiando diretamente alunos de 15 etnias, que vivem em localidades de difícil acesso. Cinquenta índios de diversas aldeias Kaiapó, localizadas no sul do Pará, fizeram curso supletivo, através da Escola Itinerante de Formação de Professores Índios do Estado do Pará e são multiplicadores. Quase nenhum deles concluiu o ensino fundamental e não tem documentação escolar, mas todos atuam como professores nas aldeias dos municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Pau D'Arco e Redenção.	Esta ação é resposta às reivindicações dos povos indígenas apresentadas na Carta dos Povos Indígenas do Pará, durante o Fórum das Questões Indígenas (2007) e no I Seminário de Educação Escolar Indígena do Pará (2008).
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		
Feira do Artesanato Caeteuara	Incentivar e apoiar os artesãos bragantinos, através de feiras de exposição, em períodos e locais privilegiados, facilitando a comercialização dos produtos.	
Anjos do Turista	Capacitar os alunos do curso de "Patrimônio Histórico" da Escola Rio Caeté a conhecerem mais sobre a cidade e seus aspectos turísticos, bem como informações essenciais sobre todos os serviços disponíveis na cidade, formando assim verdadeiros "Anjos do Turista"	
Terminal Pesqueiro de Bragança	Fomentar e estruturar a atividade pesqueira	O projeto envolve o Ministério da Pesca, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Bragança, através da Secretaria Municipal de Economia e Pesca.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		
Programa de Artesanato	Capacitar dos artesãos cadastrados e o incentivo a comercialização dos produtos nas feiras mensais ocorridas em praças públicas. Nestas feiras são aplicadas pesquisas de volume de vendas e renda gerada, a fim de acompanhar e monitorar o crescimento da atividade	Desde 2006, a Secretaria Municipal de Turismo implantou o Programa de Artesanato.
MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA		
Conferência Municipal de Meio Ambiente	Estabelecer um debate em torno das questões ambientais.	Em 2008 houve a 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente, sobre o tema Aquecimento Global, com apoio do Consórcio Integrado de Municípios paraenses.
ICMF ecológico	Mapeamento das fontes potencialmente geradoras de ICMF ecológico no município.	
Licenciamento Ambiental	Criar mecanismos para realizar o licenciamento municipal de impacto ambiental de mais de 100 atividades (abatimento de animais, lava jatos, limpa carros, etc).	
ESTADO DO MARANHÃO		
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	Promover o turismo no pólo São Luís, que abrange os municípios que compõem a Ilha, a capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, além da cidade Monumento de Alcântara.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO MARANHÃO		
Zoneamento Costeiro do Maranhão	Permitir uma melhor utilização de litoral maranhense, a partir da identificação dos locais mais propícios para novos investimentos geradores de emprego e renda, tendo como prioridades os princípios da conservação e preservação ambiental. Um dos principais alvos desse projeto é estimular, entre outros produtos, a produção do pescado e do camarão tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para o incremento da exportação, como alternativa econômica viável, promissora para o Estado.	O estudo técnico-científico foi realizado pelo governo do Estado através da Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação e a Fundação Sousem, Universidades Estadual e Federal do Maranhão (UEMA e UFMA, respectivamente).
Plano Plurianual	Formulação das prioridades e estratégias políticas do Governo Estadual	
Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH)	Criar instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado.	
Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA)	Revisão e reestruturação do Conselho	
Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH)	Revisão e reestruturação do Conselho	
Plano de Reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente	Revisão e Reestruturação do Plano	
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pesca	I) Apoio à Infraestrutura e logística pesqueira e II) Participação do pescado no mercado.	Dando seguimento a política do Ministério da Pesca, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca prevê a execução deste programa.
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	I) Fortalecimento da aquicultura e II) Apoio a implantação de unidades demonstrativas de produção apícola	Dando seguimento a política do Ministério da Pesca, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca prevê a execução deste programa.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
MUNICÍPIO DE RAPOSA		
Programa de Coleta de Garrafas PET	Coletar garrafas PET nos bairros do município.	
Alternativas para catadores de siri contra a bioinvasão do síri sáripedra (charybdis helleri: portunidae: decapoda)	Incentivar comunidades de pescadores a explorar o síri bioinvasor diminuindo seu tamanho populacional e conseqüentemente seus impactos.	Iniciativa da Universidade Federal do Maranhão e apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Construção da Agenda 21 local	Promoção de debates para construção da Agenda 21 local	
ESTADO DO CEARÁ		
PRODETUR/CE II	Desenvolver o turismo local de forma descentralizada e participativa.	
Apoio à Piscicultura Continental Associativa	Implantar projetos associativos de criação superintensiva de tilápia do Nilo, <i>Oreochromis niloticus</i> (L.1766), linhagem Chitralada, prestar assistência tecnológica e gerencial às associações beneficiárias, com vistas à adoção de atividade produtiva que proporcione novas alternativas de emprego e renda e a geração de alimentos de alto valor protéico.	O Estado do Ceará apresenta condições propícias para o desenvolvimento da piscicultura continental, podendo vir a alcançar posição de destaque no setor aquícola nacional.
Apoio às atividades Aquícolas e de Pesca	Controlar toda atividade pesqueira e aquícola no âmbito estadual, no que tange à pesca extrativa e a aquíicultura nos aspectos de captura, transporte, conservação e comercialização do pescado, emissão de licenças e carteiras de pescador e realizar o diagnóstico da pesca artesanal de águas interiores.	A pesca artesanal é responsável pela maior parte do pescado consumido em Fortaleza, bem como nas maiores cidades do estado, fazendo com que este setor mereça uma maior atenção por parte de programas de governo. Dentro dessa perspectiva, outro projeto a ser implementado é o de diagnóstico sócio-econômico da Pesca Artesanal Continental do Estado do Ceará.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO CEARÁ		
Modernização da infraestrutura da Pesca e Aquicultura	Equipar a Coordenadoria do Desenvolvimento da Pesca - CODEP e os projetos a serem implantados no âmbito da Coordenadoria, com veículos e equipamentos necessários para uma melhor realização de suas atividades finalísticas.	
Educação Ambiental	Promover ações de preservação da Bacia do Coreaú.	Parceira entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Careaú, a Secretaria dos Recursos Hídricos e Ibama.
Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	Revisão e reformulação do Plano	
Programa da Biodiversidade (PROBIO)	Conservar a diversidade biológica, estabelecendo o uso sustentável de seus elementos e repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.	OPROBIO integra o Plano Plurianual do Estado do Ceará (PPA) alinhado ao eixo Ceará Vida Melhor, sob a coordenação da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, através da Coordenadoria Florestal – COFLO e do Núcleo de Planejamento e Fomento - NUPAF. Fundamenta-se nas diretrizes pré-estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica – 1992 definida por ocasião da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO CEARÁ		
Programa Estadual de Florestas (PEF)	<p>1.Assegurar a conservação e preservação dos ecossistemas e dos biomas florestais, em áreas que não estão contempladas no Programa de Biodiversidade – PROBIO, desenvolvido pela SEMACE; 2. Otimizar o uso dos produtos florestais; 3. Manejar os recursos florestais garantindo a sua sustentabilidade; 4.Proporcionar condições para a reabilitação de áreas degradadas (reflorestamento, etc); 5. Assegurar o abastecimento de produtos florestais para suprir as necessidades da população; 6. Recuperar matas ciliares, sobretudo localizadas em Unidades de Conservação; 7. Incentivar a arborização urbana; 8. Contribuir com o aumento do emprego e geração de renda para produtores e trabalhadores rurais; 9.Incentivar a educação voltada para o setor florestal nas escolas do Estado; 10. Otimizar o monitoramento e fiscalização das atividades inerentes ao setor florestal.</p>	<p>O PEF foi lançado durante a Semana da Festa Anual das Árvores ocorrido no período de 29 a 31 de março de 2004. O mesmo consubstancia-se nos fundamentos e princípios que nortearam o Plano Nacional de Florestas, o Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentado do Estado do Ceará e visará, de certo modo, atualizar os dados obtidos através do Projeto PNUD/FAO/BRA-007-87/IBAMA/GOVERNO DO ESTADO em 1993.</p>
Programa Nacional do Meio Ambiente para o Ceará (PNMAII)	<p>1. Dar eficácia ao acompanhamento das licenças concedidas, a verificação do cumprimento de suas condicionantes e a eficácia das medidas de controle implantadas, bem como para a utilização de sistemas de acompanhamento de empreendimentos potencialmente poluidores; 2. Estimular a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada dos recursos ambientais do Estado, através de ações de planejamento ambiental e a otimização do uso dos recursos naturais; e 3. orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.</p>	<p>Envolve os Projetos de: 1. Fiscalização e Monitoramento da Qualidade da Água; 2. Gestão Integrada dos Ativos Ambientais; 3. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/CE.</p>

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
ESTADO DO CEARÁ		
Programa de Controle Ambiental (PCA)	Monitoramento e Gestão dos resíduos potencialmente poluidores.	Se desmembra nos projetos: 1. Implementação do Sistema de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar; 2. Implementação do Sistema de Controle e Monitoramento dos Resíduos Sólidos; 3. Implementação do Sistema de Gestão Ambiental no Estado; 4. Inventário Estadual dos Resíduos Sólidos Industriais; 5. Programa de Monitoramento da Balneabilidade das Praias.
Programa de Educação Ambiental (PEACE)	Agir para o estabelecimento de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada, a partir do desenvolvimento do espírito crítico e da criatividade do cidadão quanto às alternativas locais de desenvolvimento sustentável, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.	
MUNICÍPIO DE CAMOCIM		
Pavimentação de ruas	Melhorar o acesso à determinadas localidades e a infra-estrutura municipal.	Executada pela Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)
Implantação de loteamento	Implementar o Loteamento Nossa Senhora De Fátima, no bairro de São Francisco.	Executada pela Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)
Construção de casas	Fornecer 124 casas à famílias carentes, cadastradas na Secretaria de Assistência Social	Executada pela Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA)
Matadouro Público	Construir o Matadouro Público no Município.	Parceria estabelecida com a Secretaria das Cidades, do Governo do Estado do Ceará.
Rota das Emoções	Fomentar o turismo no município.	Executada pela Secretaria de Turismo
Projeto de Cultivo de Algas Marinhas	Desenvolver economicamente a produção de algas marinhas	A Secretaria cedeu material e dá assistência técnica.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
MUNICÍPIO DE ACARAÚ		
Revitalização do Mangue do Rio Acaraú	Revitalizar o Mangue do Rio Acaraú	
Campanha Praia Limpa	Promover a limpeza das praias.	
Diálogo Municipal do Pacto das Águas		Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura
Meio Ambiente: nós o queremos inteiro!	Conscientizar toda a comunidade acarauense sobre a importância da preservação ambiental facilitando aos alunos e à população em geral uma compreensão fundamental dos problemas existentes, da presença humana no ambiente, da sua responsabilidade e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta.	Parceria estabelecida com o Projeto Tamar e escolas do município.
Recuperação de áreas degradadas	Recuperar a área do antigo lixão de Acaraú	
Urbanização da praia das Arpoeiras	Urbanização de um dos principais pontos turísticos do município	
Urbanização do centro histórico	Urbanização de um dos principais pontos turísticos do município	
Museu Municipal	Implantação de um Museu no município	
MUNICÍPIO DE ITAREMA		
Educação Ambiental	Promover a educação ambiental no município	Projeto incluiu a educação ambiental como disciplina no currículo do 5º ao 9º ano. Já está implantado, com parecer favorável da SEMACE.
Agenda 21	Instituir um modelo de desenvolvimento sustentável.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continuação)

NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
MUNICÍPIO DE ITAREMA		
Rede de agente ambiental mirim.	Capacitar agentes e multiplicadores	
Ampliação do abastecimento de água	Expandir o abastecimento de água para zona rural	
Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Tratar da produção e destino final de resíduos comerciais, residenciais e industriais	